

Walber de Moura Agra

MANUAL PRÁTICO DE DIREITO ELEITORAL

3ª edição

Áreas específicas
DIREITO ELEITORAL.

Áreas afins
DIREITO PÚBLICO – DIREITO CONSTITUCIONAL –
DIREITO ELEITORAL.

Público-alvo/consumidores
PARA TODOS OS OPERADORES JURÍDICOS QUE
IRÃO TRABALHAR NAS ELEIÇÕES.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001755

Walber de Moura Agra

Manual Prático de Direito Eleitoral

3ª EDIÇÃO

FORUM

O objetivo deste *Manual Prático de Direito Eleitoral* é fornecer a todos os operadores jurídicos, que de alguma forma se interessam pela seara eleitoralista, elementos imprescindíveis para desvendar as suas fases, começando da estruturação dos órgãos da Justiça até os recursos eleitorais. Sem se descurar do fornecimento de uma boa teoria, o enfoque ocorre baseando-se em casos práticos, com exemplos pululantes, para que os leitores saibam qual o posicionamento das instâncias eleitorais, principalmente do Tribunal Regional Eleitoral. Mesmo sabendo da importância da jurisprudência, não se parte de superdimensionamento dessa fonte do Direito. Ao contrário, a gênese deve ser o estudo da teórica, que pode fornecer aos estudiosos uma visão sistêmica, para que, partindo-se das premissas básicas, possa-se demonstrar quando as decisões judiciais originam-se de silogismos viciosos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

A277m Agra, Walber de Moura
Manual prático de Direito Eleitoral / Walber de Moura Agra. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.
378p.; 14,5 cm x 21,5 cm

ISBN: 978-65-5518-003-9

1. Direito eleitoral. 2. Direito público. 3. Direito constitucional. I. Título.

CDD: 342.07
CDU: 342.8

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Manual prático de Direito Eleitoral*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 378 p. ISBN 978-65-5518-003-9.

Walber de Moura Agra é Mestre pela UFPE. Doutor pela UFPE e pela *Università Degli Studi Di Firenze*. Pós-Doutor pela *Université Montesquieu Bordeaux*. Professor da Universidade Federal do Estado de Pernambuco. Professor Visitante da *Università Degli Studi di Lecce*. Membro do Conselho Científico do Doutorado de Universidade de Lecce. *Visiting Research Scholar of Cardozo Law School*. Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais – IBEC IV. Membro Correspondente do Cerdradi – *Centre d'Études et de Recherches sur les Droits Africains et sur le Développement Institutionnel des Pays en Développement*. Procurador do estado de Pernambuco. Ex-Membro da Comissão de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da OAB. Ex-Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Advogado.

CAPÍTULO 1	
JUSTIÇA ELEITORAL.....	13
1.1 Órgãos da Justiça Eleitoral	13
1.2 Competências dos órgãos da Justiça Eleitoral.....	18
1.2.1 Competência do Tribunal Superior Eleitoral.....	18
1.2.2 Competência do Tribunal Regional Eleitoral	21
1.2.3 Competência dos Juízes Eleitorais	24
1.3 Funções da Justiça Eleitoral.....	26
1.4 Divisão territorial.....	30
1.5 Funcionamento da Justiça Eleitoral nas eleições municipais	32
1.5.1 Poder de polícia	33
1.5.2 Julgamento das ações e recursos	34
1.6 Ministério Público Eleitoral.....	37
1.7 Procurador-Geral Eleitoral, Procuradores Regionais Eleitorais e Promotor Eleitoral	39
1.7.1 Procurador-Geral Eleitoral	40
1.7.2 Procuradores Regionais Eleitorais	42
1.7.3 Promotor Eleitoral	43
CAPÍTULO 2	
ELEGIBILIDADE	45
2.1 Condições de elegibilidade	47
2.1.1 Nacionalidade brasileira.....	47
2.1.2 O pleno exercício dos direitos políticos.....	48
2.1.2.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.....	49
2.1.2.2 Incapacidade civil absoluta	50
2.1.2.3 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos	51
2.1.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	53
2.1.2.5 Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º.....	54
2.1.3 Alistamento eleitoral.....	57
2.1.4 Domicílio eleitoral na circunscrição.....	58
2.1.5 Filiação partidária.....	59
2.1.6 Idade mínima, dependendo do cargo a ser postulado.....	61
2.2 Causas de inelegibilidade.....	63
2.2.1 Inelegibilidades constitucionais	66
2.2.2 Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais	74
2.2.3 Inelegibilidades relativas infraconstitucionais	81
2.2.4 Forma de contagem do prazo das inelegibilidades.....	86
2.2.5 Inelegibilidade superveniente e delimitação temporal para sua incidência	87
2.3 Requisitos de registrabilidade	91
CAPÍTULO 3	
PARTIDOS POLÍTICOS	101
Conceito de partido político.....	101
3.1 Criação de partidos políticos	102
3.2 Funcionamento dos partidos políticos	106

3.3	Regras específicas do período eleitoral	108
3.4	Princípios partidários.....	111
3.5	Fidelidade partidária.....	114
CAPÍTULO 4		
	CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS.....	121
CAPÍTULO 5		
	COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA	127
CAPÍTULO 6		
	REGISTRO E AIRC (AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATO).....	133
6.1	Pedido de registro de candidatura	133
6.2	Unicidade de registro de candidatos	137
6.3	Procedimento do pedido de registro	137
6.4	Ação de impugnação de Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP).....	148
6.5	Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	152
CAPÍTULO 7		
	PROPAGANDA POLÍTICA	169
7.1	Espécies de propaganda política	170
7.1.1	Propaganda partidária.....	170
7.1.2	Propaganda intrapartidária.....	170
7.1.3	Propaganda institucional.....	172
7.1.4	Propaganda eleitoral	174
7.1.4.1	Propaganda eleitoral antecipada.....	178
7.1.4.2	Propaganda eleitoral irregular.....	189
7.2	Propaganda eleitoral no período legal	192
7.2.1	No rádio e na televisão	198
7.2.2	Na imprensa escrita.....	199
7.2.3	No horário eleitoral gratuito	200
7.2.4	Na internet	201
7.3	Horário da propaganda gratuita	205
7.4	Debates	207
7.5	Fiscalização da propaganda (Representação).....	210
7.6	Direito de resposta.....	219
CAPÍTULO 8		
	PESQUISAS E TESTES	227
8.1	Registro das pesquisas eleitorais.....	229
8.2	Divulgação dos resultados da pesquisa	231
8.3	Impugnações	232
8.4	Penalidades.....	233
CAPÍTULO 9		
	FINANCIAMENTO E GASTOS DE CAMPANHA ELEITORAL.....	235
9.1	Financiamento de campanha eleitoral.....	235
9.1.1	Financiamento público.....	236
9.1.2	Financiamento privado	239
9.2	Gastos eleitorais	242
9.3	Prestação de contas.....	246
CAPÍTULO 10		
	IMPEDIMENTOS LEGAIS: ABUSO DE PODER, CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	253
10.1	Abuso de poder.....	253

10.1.1	Abuso de poder econômico.....	254
10.1.2	Abuso de poder político	259
10.1.3	Abuso de poder por uso indevido dos veículos e dos meios de comunicação	262
10.1.4	Captação ilícita de sufrágio	266
10.1.5	Ilicitude de gastos e arrecadação de recursos.....	268
10.1.6	Corrupção e caixa dois.....	272
10.1.7	Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	275
10.1.7.1	Tipos de condutas vedadas de forma genérica	278
10.1.7.2	Proibição de contratação ou demissão	284
10.1.7.3	Tipos de condutas vedadas em período eleitoral	287
10.1.7.4	Sanções legais	292
10.2	Improbidade administrativa	294

CAPÍTULO 11

AÇÕES ELEITORAIS	301	
11.1	Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE)	305
11.1.1	Causas.....	309
11.1.2	Procedimento	315
11.1.3	Rito prático da AIJE.....	317
11.2	Ação de impugnação de mandato eletivo.....	318
11.2.1	Procedimento	323
11.2.2	Rito prático da AIME	325
11.3	Mandado de segurança, <i>habeas data</i> e mandado de injunção	326
11.4	<i>Habeas corpus</i>	331
11.5	Tutelas provisórias no processo eleitoral	334
11.6	Ação rescisória	337

CAPÍTULO 12

RECURSOS	341	
12.1	Recurso eleitoral inominado	346
12.1.1	Procedimento	349
12.2	Recurso ordinário	351
12.3	Recurso contra expedição de diploma (RCED).....	356
12.3.1	Cabimento.....	358
12.3.2	Rito	361
12.4	Recurso especial.....	362
12.5	Recurso extraordinário	366
12.6	Agravo de instrumento.....	368
12.7	Agravo (da decisão que denega subida de recurso especial ou recurso extraordinário)	368
12.8	Agravo interno	370
12.9	Embargos de declaração	370

REFERÊNCIAS.....	373
------------------	-----